



OBSERVATÓRIO DAS DINÂMICAS TRANSFRONTEIRIÇAS DO RIO MINHO

RECURSOS ENDÓGENOS



Ação do Projeto "Rede de Apoio às dinâmicas locais de cooperação no rio Minho transfronteiriço" - REDE_LAB_MINHO, cofinanciado pelo Programa Interreg V-A Espanha Portugal (Atividade 2 – Construção e dinamização de uma rede de cooperação e observação das dinâmicas transfronteiriças)

ÍNDICE

Introdução	3
RECURSOS NATURAIS	6
RECURSOS HUMANOS	11
RECURSOS PRODUTIVOS	17
QUALIDADE DE VIDA DO TERRITÓRIO	23
Bem-estar económico	23
Bem-estar físico (saúde)	24
Bem-estar social	25
Bem-estar económico, físico e social em comparação	27
CONCLUSÕES	32

FICHA TÉCNICA

Promotor:	AECT Rio Minho
Edição:	AECT Rio Minho © 2022
Redação:	Seixas Invest, S.L. (autores: Francisco Xavier Martínez Cobas e Carlos María Fernández-Jardón; Universidade de Vigo).
Colaboram:	Pedro Castro, Joana Nogueira e Sara Simões; Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Raisa Pérez Vas, Universidade de Vigo.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um território depende em grande medida dos seus recursos endógenos. Conhecer os recursos existentes no território é a base para poder aproveitá-los como fonte de vantagem competitiva e como fator de desenvolvimento sustentável do território. Por este motivo, neste trabalho apresentamos um breve percurso pelos principais recursos endógenos existentes na área do AECT Rio Minho, tendo em conta o conjunto de concelhos da Galiza e de Portugal que limitam no vale do Minho. O AECT Rio Minho engloba 10 concelhos de Portugal e 16 concelhos da Galiza. Está localizado no troço final do rio Minho, na área transfronteiriça entre os dois países e tem uma extensão de 3 312 km² e uma população de 376 000 habitantes.

Segundo outros autores, definimos “os recursos endógenos como um modelo de desenvolvimento que visa potenciar as capacidades internas de uma região ou comunidade local, de forma a poderem ser utilizados para fortalecer a sociedade e a sua economia de dentro para fora, para ser sustentável e sustentar-se no tempo”.¹

O modelo de desenvolvimento sustentável de um território leva a pensar que os recursos endógenos conferem uma série de vantagens à economia local e potenciam a sua importância na estrutura do território.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento sustentável do território aumenta o nível de vida da área, uma vez que a sua exploração sustentável gera novas oportunidades e novos postos de trabalho, incrementando o nível de rendimento das famílias.

Em segundo lugar, o conhecimento dos recursos endógenos do território permite potenciar as suas vantagens competitivas. O aumento e melhoria dos recursos favorece o desenvolvimento das atividades produtivas.

Em terceiro lugar, o conhecimento dos recursos endógenos do próprio território permite apostar numa diferenciação face a outros concelhos e outras áreas.

Deste modo, diferenciando-se em características específicas do território que o colocam numa melhor posição do que outras zonas circundantes, a área do AECT Rio Minho situa-se num espaço específico, diferenciado, e pode tornar-se num referente a níveis

¹ <https://almanatura.com/proyectos>

territoriais superiores. A tomada de consciência dos recursos endógenos existentes no território fomenta o sentimento de pertença, uma vez que a comunidade defende o produto logo, conseqüentemente, está a defender a sua gente. É um facto observado ao longo da História que a perda do “sentimento de pertença” é uma das causas do abandono das povoações. O conhecimento dos seus próprios recursos endógenos e o facto de assumir a importância que estes recursos conferem ao território fortalece esse sentimento de pertença.

Finalmente, o conhecimento dos recursos endógenos é uma fonte de inovação e desenvolvimento. Uma vez que a estrutura produtiva vinculada aos recursos deve inovar para poder ser competitiva, o conhecimento dos recursos do território é uma das chaves dessa inovação e dessa competitividade nos mercados.

De acordo com estes objetivos, o esquema do trabalho que se segue apresenta os recursos considerados endógenos na área do AECT Rio Minho e as implicações que os mesmos têm na qualidade de vida do território. De forma a facilitar a exposição serão tidos em conta três aspetos complementares:

- Por um lado, serão seleccionados indicadores absolutos do território, que indicam como é a nível global.
- Juntamente com estes indicadores absolutos serão tidos em conta outros indicadores relativos, que ajudem a perceber a posição relativa da área de estudo no seu conjunto.
- Finalmente, será feita uma comparação dos indicadores relativos do conjunto do território com os mesmos indicadores de toda a Galiza e de Portugal, o que permitirá conhecer a situação competitiva em que se encontra a área relativamente aos territórios em que se inclui.

Existem diferentes classificações relacionadas com os recursos de um território. Desde uma abordagem em que interessa analisar a competitividade potencial do território, e seguindo o esquema de possíveis indicadores que a AECT sugere, serão estudados basicamente três grandes grupos de recursos, embora dentro destes grupos sejam tidos em conta diversos aspetos ou incluídos elementos que combinam diferentes indicadores.

Em primeiro lugar, serão estudados os recursos naturais, ou seja, os recursos específicos do território associados às condições físicas e ambientais do território.

Em segundo lugar, serão avaliados os recursos humanos, incluindo o potencial das pessoas que vivem na área do AECT Rio Minho.

Em terceiro lugar, serão analisados os recursos produtivos, ou seja, aqueles que fazem referência à capacidade produtiva e à geração de valor que o território tem, que costumam ser consequência da transformação e da combinação dos recursos naturais com a participação ativa dos recursos humanos e com o aproveitamento das capacidades organizativas existentes no território.

Para terminar de explicar o conjunto de recursos endógenos do território, convém falar da qualidade de vida do mesmo, que costuma ser consequência do aproveitamento destes recursos endógenos mas que, ao mesmo tempo, é um recurso endógeno em si mesmo, uma vez que indica capacidade de atração e imagem do território. A este aspeto será dedicada uma secção final deste relatório.

RECURSOS NATURAIS

A definição de recursos naturais está muito condicionada pela perspetiva. Não significa o mesmo do âmbito das ciências naturais ou de outras óticas, como a económica que condiciona a finalidade deste relatório.

De uma perspetiva económica, como por exemplo a do Banco Mundial, os recursos naturais são “materiais existentes no meio natural escassos e economicamente úteis na produção ou no consumo, quer seja em estado bruto ou após terem sido submetidos a um mínimo processo de elaboração”.²

Para a FAO, orientada para a produção de alimentos, para o desenvolvimento rural e para os meios de subsistência sustentáveis, os recursos naturais são “a terra, a água e o material genético”.³

De um ponto de vista do Direito, o *Dicionario Panhispánico Xurídico* define os recursos naturais como o “conjunto de componentes da natureza que podem ser utilizados pelo ser humano para satisfazer as suas necessidades e que têm um valor atual ou potencial, como é a paisagem natural, as águas superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo e as terras, a biodiversidade, a geodiversidade, os recursos genéticos e os ecossistemas que dão suporte à vida, os hidrocarbonetos, os recursos hidroenergéticos, eólicos, solares, geotérmicos e afins, a atmosfera e o espectro radioelétrico, ou os minerais, as rochas e outros recursos geológicos renováveis e não renováveis”.⁴

Portanto, os recursos naturais de um território incluem a maior parte dos elementos que estão relacionados com o setor extrativo, isto é, a capacidade agrícola, pecuária e pesqueira do território, os recursos florestais, os recursos energéticos, as possibilidades de obtenção de minerais e produtos metálicos e não metálicos.

A informação sobre estes recursos, em especial sobre os recursos agrícolas e pecuários, não costuma ser recolhida de forma continuada nos diferentes institutos de estatística dos países que incluem os concelhos de estudo, e as que existem nem sempre os oferecem com critérios homogéneos entre elas. Por isso, procuraram-se indicadores que aproximem a situação destes recursos no território. O indicador mais próximo, comum e homogéneo estatisticamente a todos os concelhos existentes na área do Minho, faz

² https://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/wtr10-2b_s.pdf

³ <https://www.fao.org/3/i0765s/i0765s13.pdf>

⁴ <https://dpej.rae.es/lema/recurso-natural>

referência ao número de empresas que se dedicam a alguma destas atividades, uma vez que se supõe que quantas mais empresas de uma atividade houver, mais recursos existirão deste tipo em exploração no território.

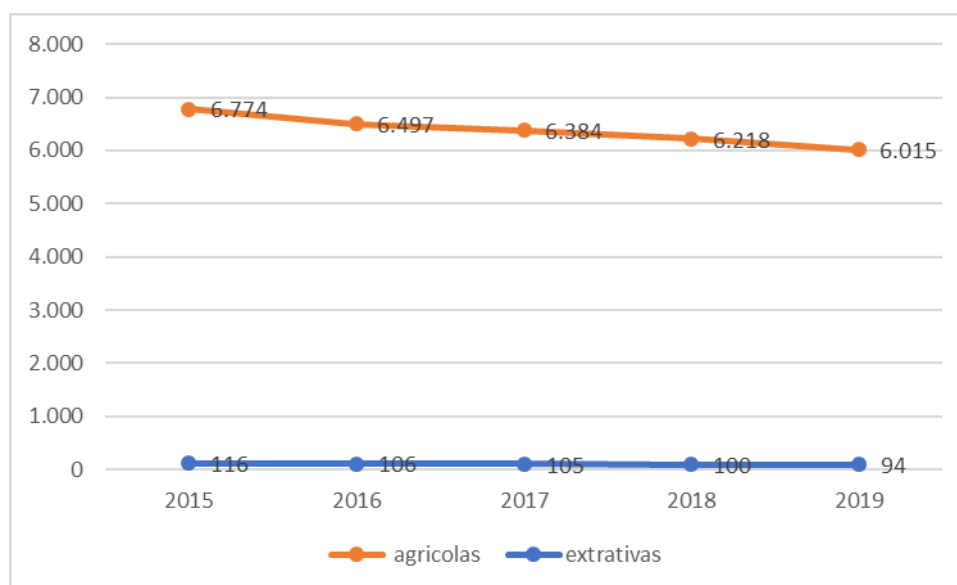


Ilustração 1: N.º de empresas de agricultura e indústrias extrativas no AECT

Na Ilustração 1 indica-se, para o conjunto do AECT Rio Minho, o número de empresas do setor agrícola e da indústria extrativa durante os anos 2015 a 2019. Observa-se uma clara descida, o que leva a pensar que estas atividades estão a perder força, pelo menos no modelo tradicional de pequena empresa e exploração individual, face a outros modelos de exploração.

As indústrias extrativas detêm um número muito reduzido, embora sejam significativas em termos de produção e emprego. Destaque para a exploração de pedreiras de granito, um recurso geológico muito valioso no território. O Porriño e Ponte de Lima serão, talvez, os concelhos de referência no granito, se bem que a atividade se estende por mais concelhos, como Monção ou Salceda de Caselas, entre outros.

A arquitetura popular de todo o AECT partilha a utilização da pedra desse mesmo lugar (granito, xisto...) como material básico para a construção das casas e dos edifícios em geral, e constitui uma parte valiosa do património comum ao longo da História, das

mamoas e dólmenes, castros, igrejas, cruzeiros, espigueiros... e os castelos que caracterizam as duas beiras do Minho.

A mesma pedra constitui também uma parte importante do património natural, às vezes com formações relevantes na paisagem, como os penedos, particularmente na serra do mesmo nome, A Peneda, mas também por todo o AECT.

No que toca ao setor agrícola, o número de empresas e de empregos é muito representativo do território.

Para se perceber qual a atividade mais importante no setor agrícola, incluímos a estrutura de cada subatividade dentro desse setor, e a mudança que se produz entre 2016 e 2019 (ver a Ilustração 2). Observa-se que a atividade mais importante é a agricultura e a pecuária, embora o seu peso diminua ligeiramente entre ambos os anos. O da pesca e da aquicultura também diminuiu, sendo o florestal o único que cresce.

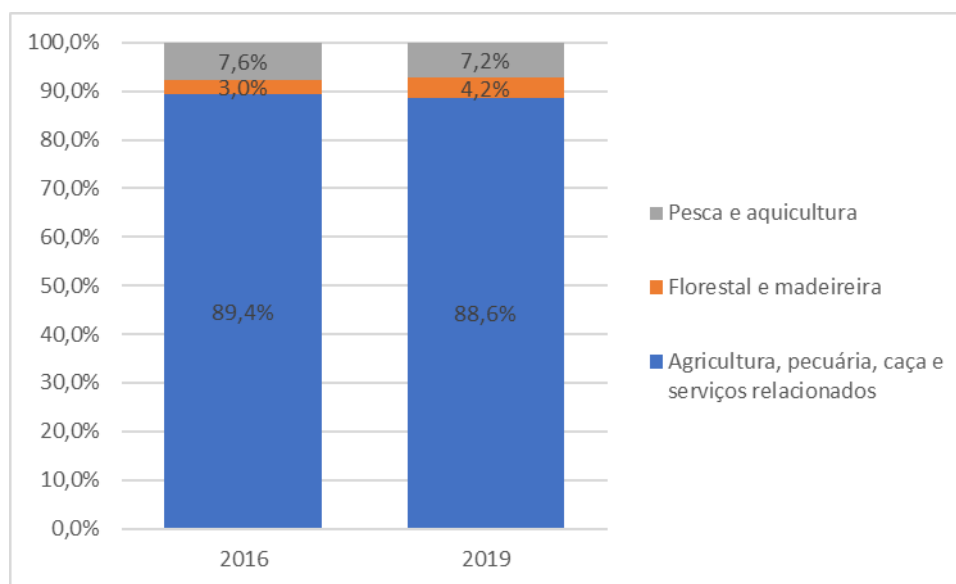


Ilustração 2: Estrutura das atividades agrícolas

Muitos dos recursos naturais são também utilizados como fonte de turismo. Um aspeto essencial deste ponto de vista está relacionado com os espaços protegidos dos recursos naturais, ou seja, os espaços pertencentes à rede Natura, uma vez que permitem uma maior fruição da natureza.

Na Ilustração 3 indica-se a superfície total do espaço pertencente à rede Natura e a sua evolução nos últimos anos. Esta ilustração mostra como esta superfície se mantém estável há uns anos a esta parte, e foi evoluindo positivamente em 2019, em consonância com a cada vez maior preocupação ambiental no conjunto da área do AECT.

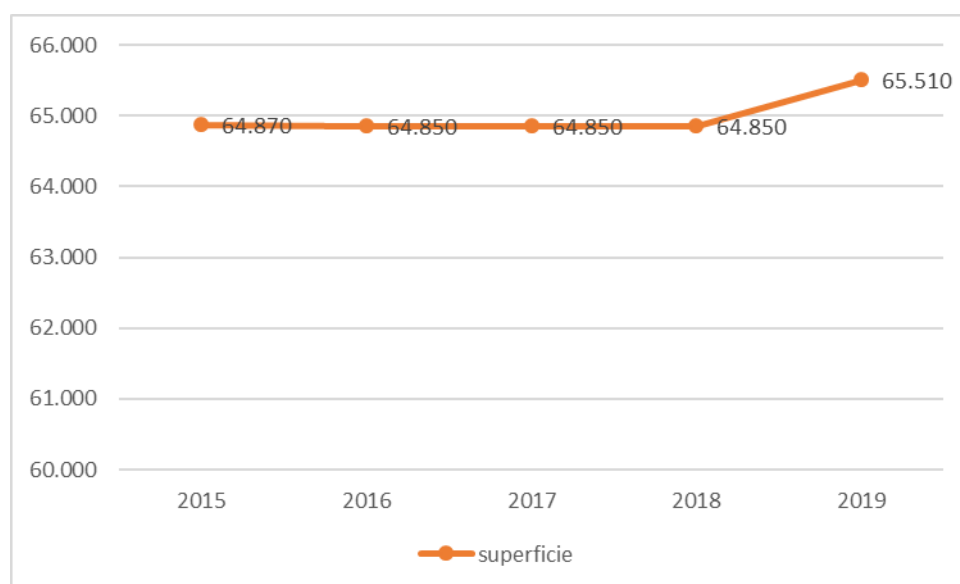


Ilustração 3: Superfície da Rede Natura no AECT

Para terminar esta parte, faz-se uma comparação dos recursos naturais existentes no território com o conjunto da Galiza e de Portugal, o que permite analisar a posição competitiva do território nestes recursos. Para comparar a situação das empresas do setor agrícola com a Galiza e com Portugal, estudou-se a média do índice de especialização dos concelhos da zona, que indica a importância relativa da atividade, face aos dois territórios em que a área está incluída. Isto quer dizer que a média no total da Galiza e de Portugal de existência de empresas de um subsector adquire o valor 1. Se o resultado no AECT Rio Minho é maior do que 1, significa que tem uma maior especialização produtiva nessa atividade, e se for menor do que 1, tem uma especialização produtiva inferior.

A Ilustração 4 mostra a especialização média da zona nas diferentes atividades associadas ao setor agrícola. A especialização média no seu conjunto é de 1,21, o que indica que a área do AECT está mais especializada nesta atividade do que a Galiza e Portugal. Esta especialização aumenta na atividade pesqueira e sobretudo na florestal, aproximando-se do 1,5, ou seja, há relativamente quase mais 50 % de empresas florestais nesta área do que no conjunto da Galiza e de Portugal.

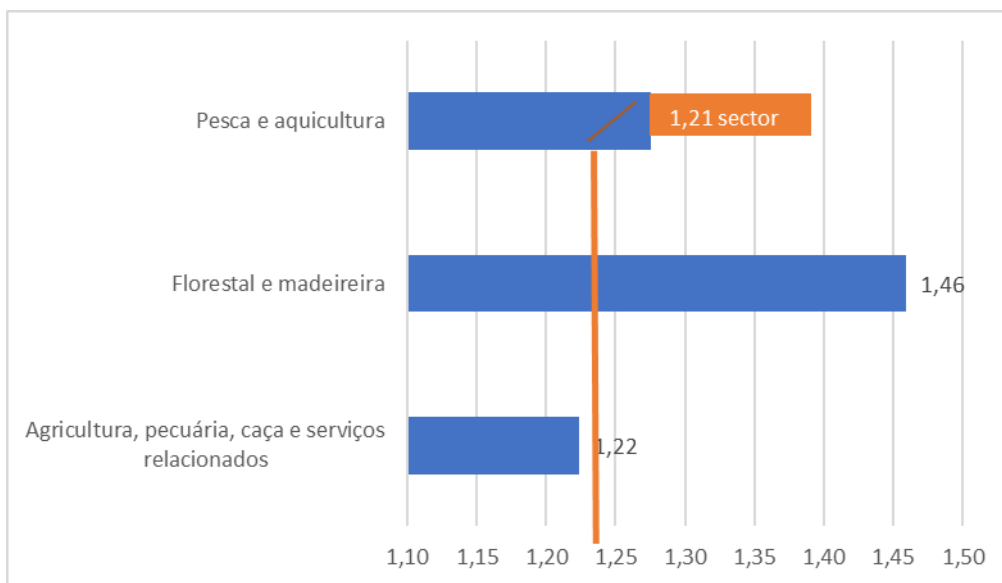


Ilustração 4: Especialização em média no AECT

Do mesmo modo, a percentagem da Rede Natura na área do AECT é comparada com a referida percentagem na Galiza e em Portugal (ver Ilustração 5). Observa-se que a percentagem em Portugal é muito superior à do AECT e à da Galiza, mas no AECT essa percentagem é superior à galega.

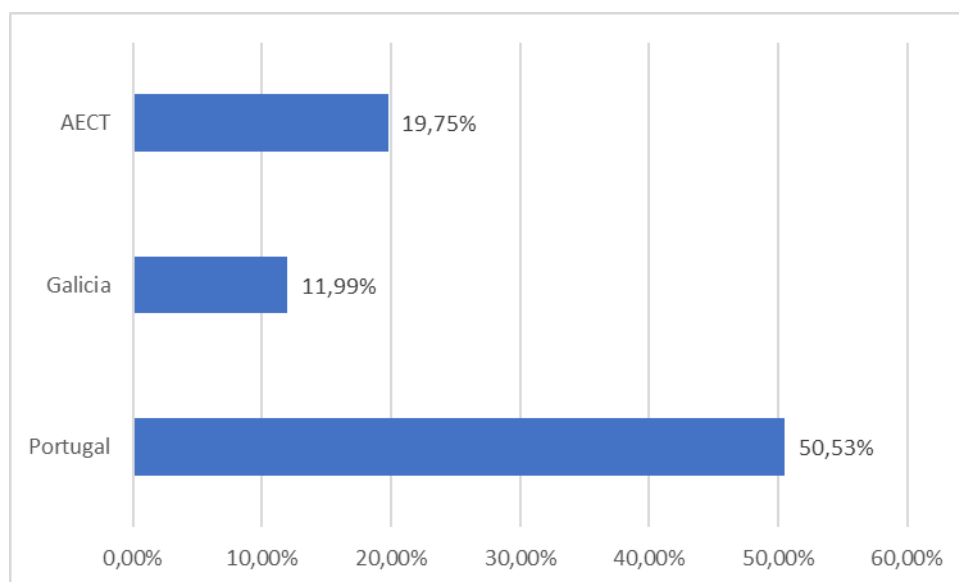


Ilustração 5: Percentagem de superfície dedicada à Rede Natura

RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são o conjunto de pessoas que pertencem a uma organização, a um determinado setor económico, a um território, assim como a uma economia no seu conjunto. Considera-se recurso humano qualquer pessoa física que tenha vinculação a uma organização, setor ou economia. Os recursos humanos são fundamentais para o desenvolvimento do talento no território e constituem um dos principais recursos endógenos.

Dentro dos recursos humanos do território serão analisados diferentes aspetos que ajudem a compreender a situação concreta em que este se encontra. O primeiro aspeto está relacionado com o capital humano. Para medir o capital humano numa área serão utilizados indicadores que procurem avaliar a quantidade de capital humano, e indicadores que procurem avaliar a qualidade do capital humano. Entre os primeiros estão a população e o emprego. Entre estes últimos está o nível de escolaridade da população.

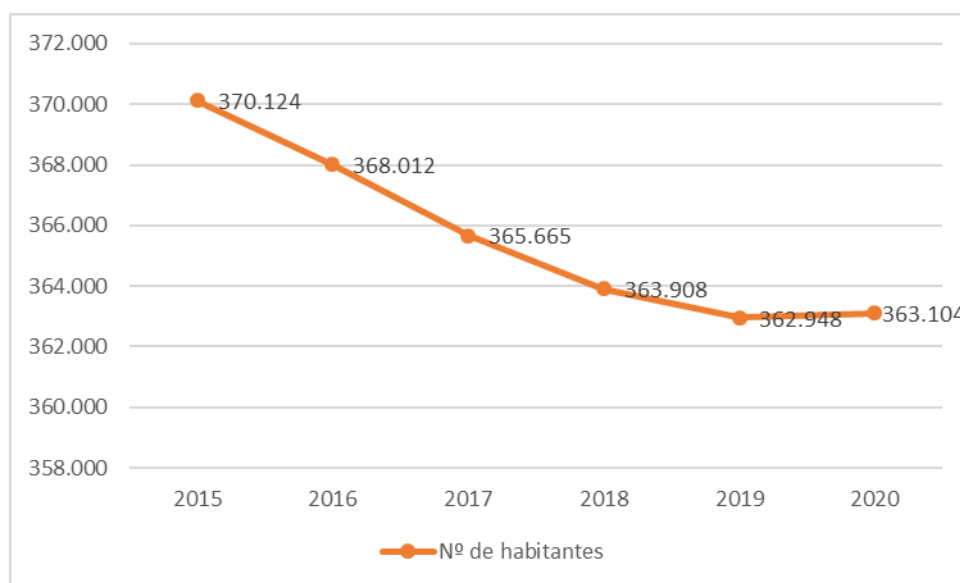


Ilustração 6: Evolução da população no AECT

A Ilustração 6 mostra a evolução do número de habitantes na área. Observa-se uma clara descida até 2018, mas com uma ligeira subida em 2019, o que leva a crer que a descida da população está a estancar, em nosso entender devido a três causas inter-relacionadas:

- A primeira seria o desenvolvimento económico da área do AECT, que estaria a transformar a produção no setor primário e a consolidar a política de parques empresariais e a atração de empresas, especialmente em Vila Nova da Cerveira, Valença, O Porriño e Viana do Castelo, e agora em Salvaterra (com a Plisan) e em Paredes de Coura, entre outros.
- Em segundo lugar, pela saída de pessoas das cidades, e em particular pelo efeito da área metropolitana de Vigo, com população que procura melhores condições de espaço e de preço face ao casco urbano. O ocorrido a partir de 2020, com o efeito da pandemia, pode estar a ampliar esse efeito.
- Em terceiro lugar, devido à atração de retornados e de imigrantes, por sua vez ligada aos dois fenómenos anteriores. O crescimento económico no AECT e os preços da habitação no centro das cidades, especialmente em Vigo, favorecerão a instalação de população nos concelhos da área.

A consequência disto é que, embora estejamos a ver uma descida do capital humano potencial, essa descida parece estar a diminuir ou até mesmo a desaparecer.

De qualquer forma, não é claro até que ponto afeta a qualidade do capital humano.

Este aspeto vai ser analisado com indicadores complementares.

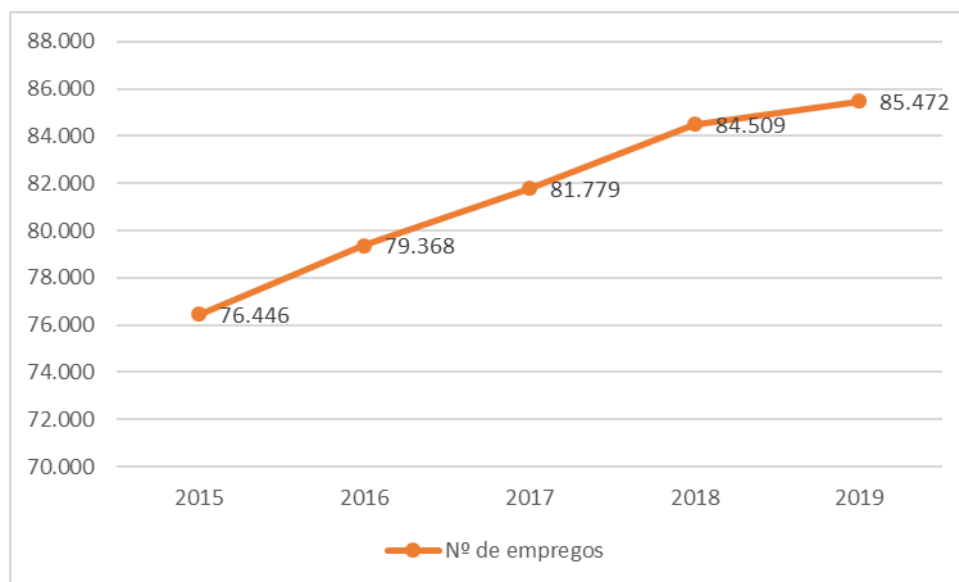


Ilustração 7: Número de empregos no AECT

A Ilustração 7 mostra como é que a quantidade de emprego no território evolui. A evolução é positiva, indicando a atratividade da zona para os assalariados e a

possibilidade de aumentar o seu capital humano, apesar de se estar a perder ligeiramente o potencial devido à população. A estatística de emprego confirma o crescimento económico e a diversificação setorial que a economia no AECT Rio Minho está a viver.

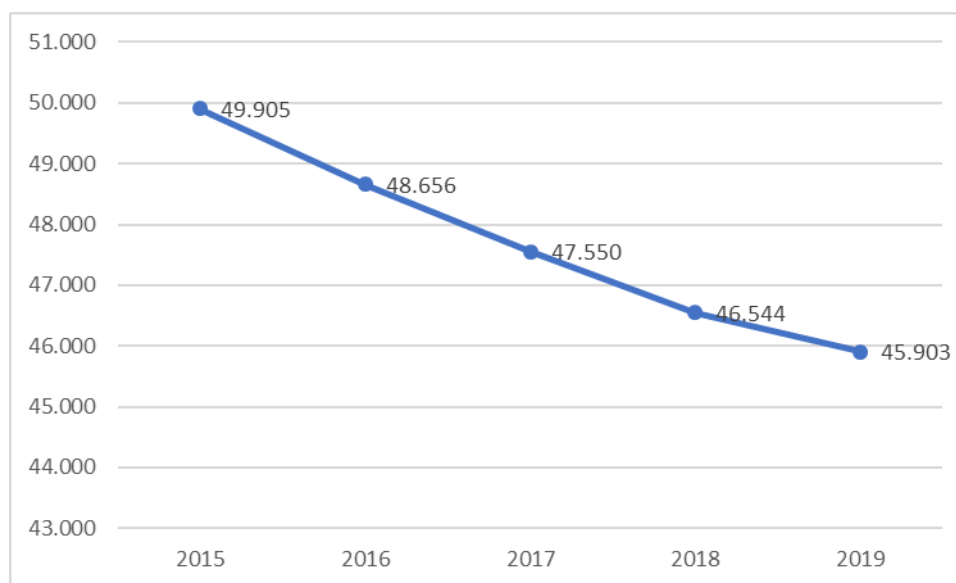


Ilustração 8: N.º de estudantes no ensino obrigatório

Para avaliar o potencial da qualidade do capital humano vamos usar o número de estudantes que frequentam o ensino obrigatório, que é um indicador da formação que as novas gerações terão. Os dados aparecem refletidos na Ilustração 8. Nela podemos observar uma clara descida, o que leva a pensar que, no futuro, se não forem tomadas medidas, haverá um défice de capital humano que pode limitar o crescimento do território.

De qualquer forma, o facto de o número de estudantes descer não está relacionado com a redução das taxas de estudo e de sucesso dentro da população mais jovem, mas sim com o efeito demográfico da descida da natalidade, há vários anos a esta parte. As mudanças sociais e culturais, e a emigração de uma parte importante da população em idade fértil para outros territórios, tanto de ambos os países como de outros, estariam a condicionar a redução da pirâmide demográfica na sua base, com a lógica que disto deriva a longo prazo.

O segundo aspeto que é interessante medir está relacionado com a capacidade de inovação do território. Foi definido um indicador específico, visto que os indicadores tradicionais, em função do número de patentes ou equivalentes, são difíceis de conseguir

em concelhos tão pequenos como os analisados neste território. Por este motivo, usámos dois indicadores associados ao número de empresas dedicadas à I+D.

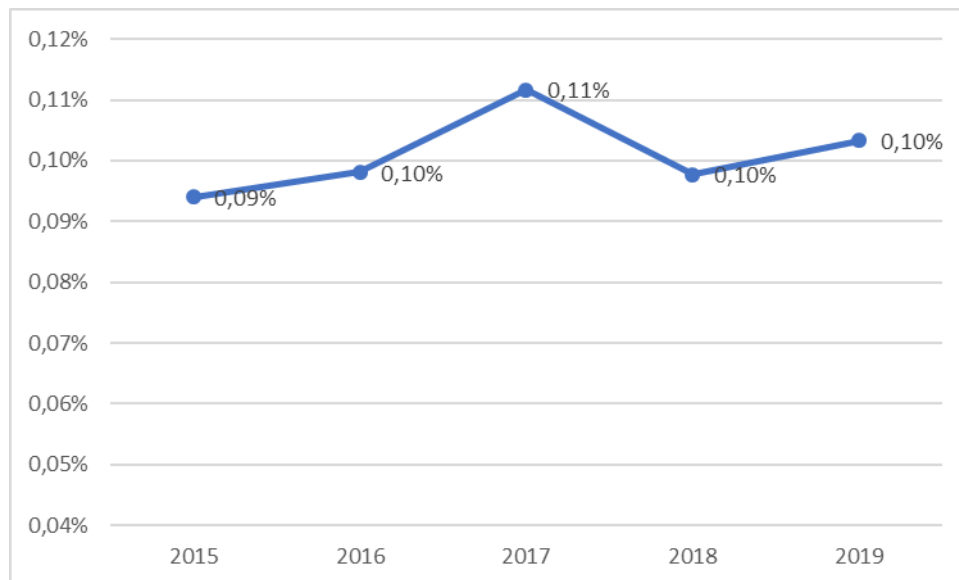


Ilustração 9: Percentagem de empresas dedicadas à atividade de I+D no AECT

Em primeiro lugar, indicamos a percentagem de empresas dedicadas à I+D da área e a sua evolução nos últimos anos (ver Ilustração 9). Observa-se que a sua percentagem se mantém estável em 0,1 % aproximadamente, o que indica que a atividade não é das mais importantes do território, embora não diminua.

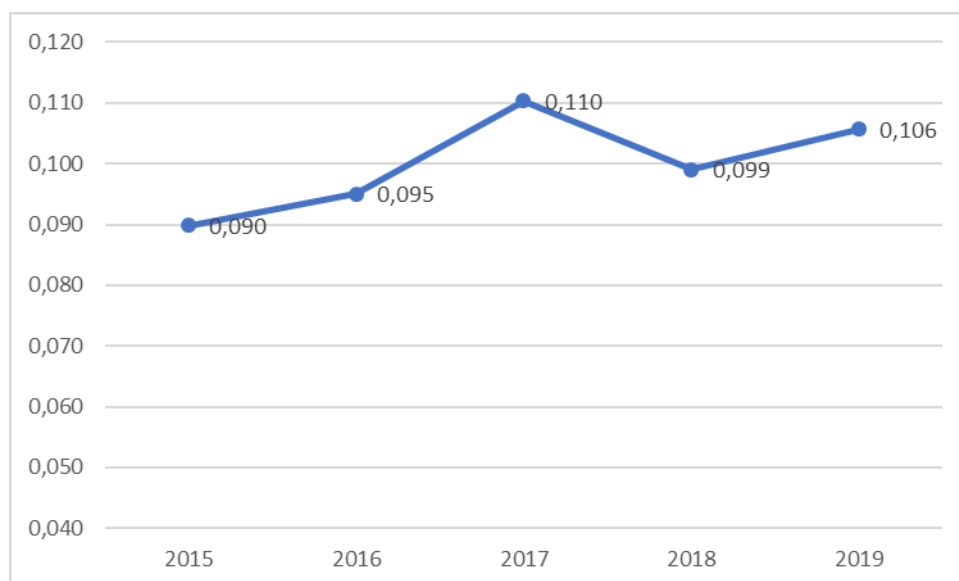


Ilustração 10: Capacidade: número de empresas de I+D por cada mil habitantes AECT

Para além disto, a capacidade de inovação será medida através do número de empresas de I+D por cada mil habitantes existentes no território. A Ilustração 10 mostra a evolução, muito semelhante à da percentagem, embora um pouco mais suave devido à ligeira redução da população. Em 2019 observa-se uma recuperação que sugere que pode haver uma recuperação da capacidade de inovação do território.

Para concluir esta parte, analisamos a comparação dos recursos humanos existentes no território relativamente à situação destes recursos na Galiza e em Portugal. Para estabelecer esta comparação serão estudados dois indicadores.

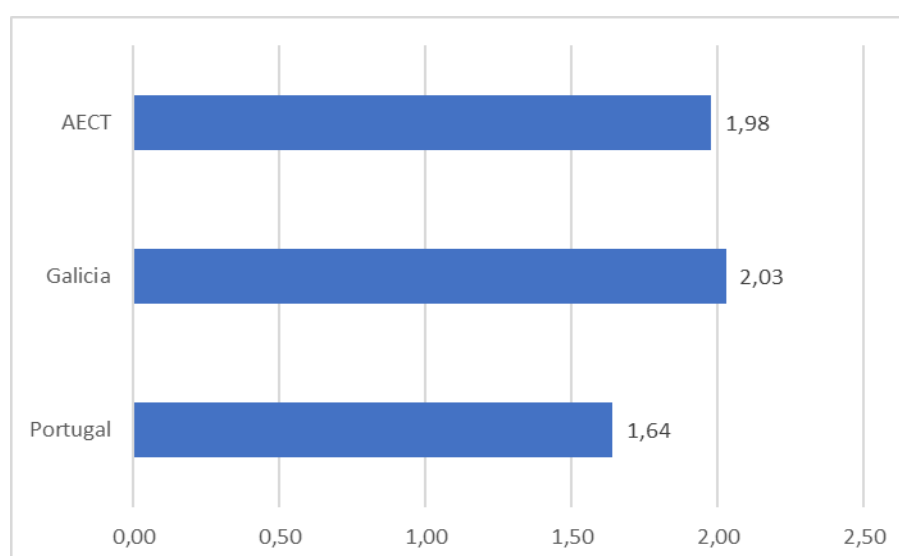


Ilustração 11: Índices de renovação no ano 2020

Em primeiro lugar, é estudado o potencial da população, comparando as taxas de renovação do território com as taxas da Galiza e de Portugal. A figura 11 expressa estes dados. Nela podemos observar a clara diferença entre a situação de Portugal e o resto, sendo a área do AECT muito semelhante à da Galiza, com uma certa melhoria. De qualquer forma, o potencial da área é escasso e pode ser necessário atrair capital humano de outros territórios para garantir o desenvolvimento e a atividade económica.

Em segundo lugar, comparamos o nível de potencial de emprego, ou seja, o número de postos de trabalho criados relativamente à população potencialmente ativa da área do AECT em relação à Galiza e a Portugal (ver Ilustração 12). Esta figura mostra uma situação totalmente inversa à observada anteriormente. A Galiza aparece com a melhor taxa de emprego potencial, enquanto o AECT está em melhor situação do que o indicador

português. Talvez o facto de haver um menor número de população potencialmente ativa na Galiza seja uma das causas desta diferença.

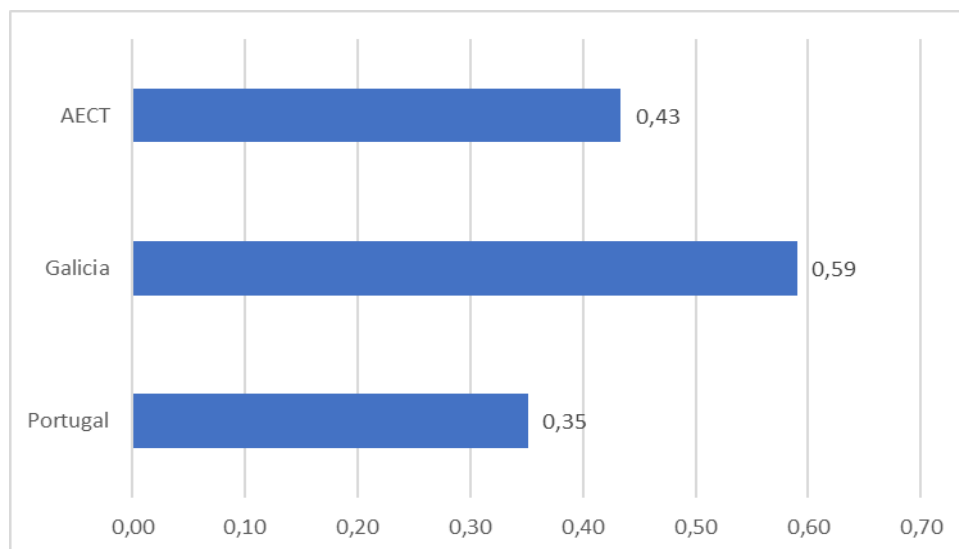


Ilustração 12: Número de empregados por população potencialmente ativa

Por último, comparamos a percentagem de população que frequenta o ensino obrigatório, o que indica o potencial relativo do capital humano futuro. A Ilustração 13 expressa esta informação, mostrando que as percentagens são semelhantes. Portugal está acima de todos eles, seguido da AECT, que está acima do indicador galego. Neste sentido, a figura confirma que a área vai necessitar de capital humano quando comparada com Portugal, embora esteja comparativamente melhor do que a Galiza.

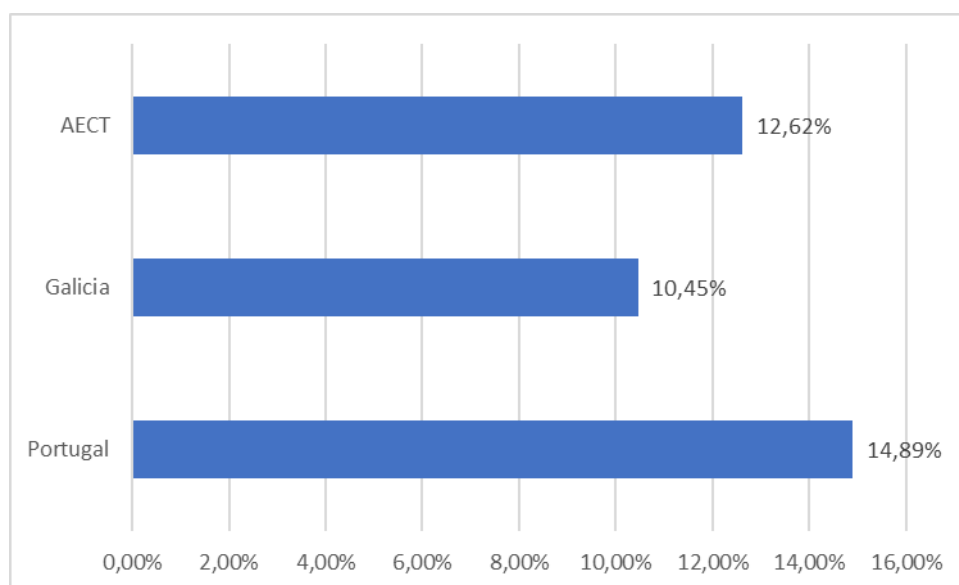


Ilustração 13: Número de estudantes por habitante (em percentagem)

RECURSOS PRODUTIVOS

Os recursos produtivos incluem o conjunto de recursos do território que permitem gerar valor através da transformação dos recursos naturais, servindo-se dos recursos humanos existentes na área do AECT. Assim, incluem-se as cadeias de valor que se desenvolvem no próprio território e as que permitem gerar valor noutros. Portanto, nesta secção iremos desenvolver o conjunto das atividades produtivas. Dado o interesse que a atividade turística tem na área, os recursos turísticos serão separados dos restantes recursos produtivos e tratados em separado.

Em primeiro lugar, descreve-se o esquema de empresas por grandes grupos de atividades existente no território. Deste modo, podemos conhecer qual é a estrutura produtiva e como é que o AECT Rio Minho se situa numa potencial competitividade face a outras regiões da Galiza e de Portugal.

A Ilustração 14 mostra o número de empresas da área e a sua evolução nos últimos anos. Observa-se um claro aumento do número de empresas, o que indica um potencial crescente até 2019, último ano disponível para ambas as beiras do Minho.

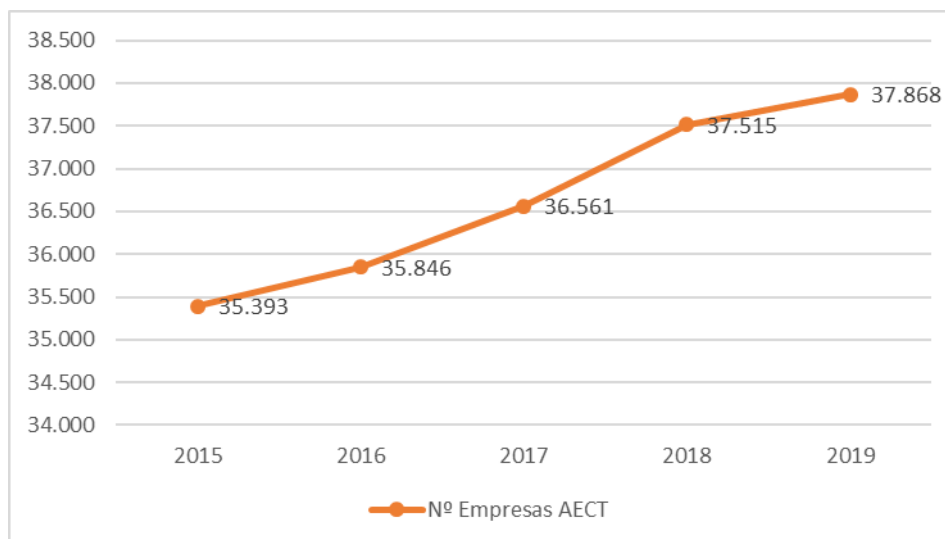


Ilustração 14: Evolução das empresas do AECT

Para além disto, é importante saber como é que as empresas estão distribuídas. Na ilustração 15 indica-se a percentagem de empresas em cada atividade, organizadas pela CNAE 1, na área e no ano 2019. Observa-se que a maior percentagem se concentra no

setor do comércio, que é uma especialização tradicional na estrutura económica das zonas transfronteiriças. Seguem-se a agricultura, a pecuária, a pesca e a silvicultura, ou seja, as empresas dedicadas aos recursos naturais extraíveis, o que valoriza o potencial deste território, em parte pelo clima (as condições de temperatura, sol e humidade são excecionalmente boas para muita produção vegetal). Em parte, também, pela própria presença do rio Minho, do seu estuário e dos seus afluentes, e pelo valor da costa marítima.

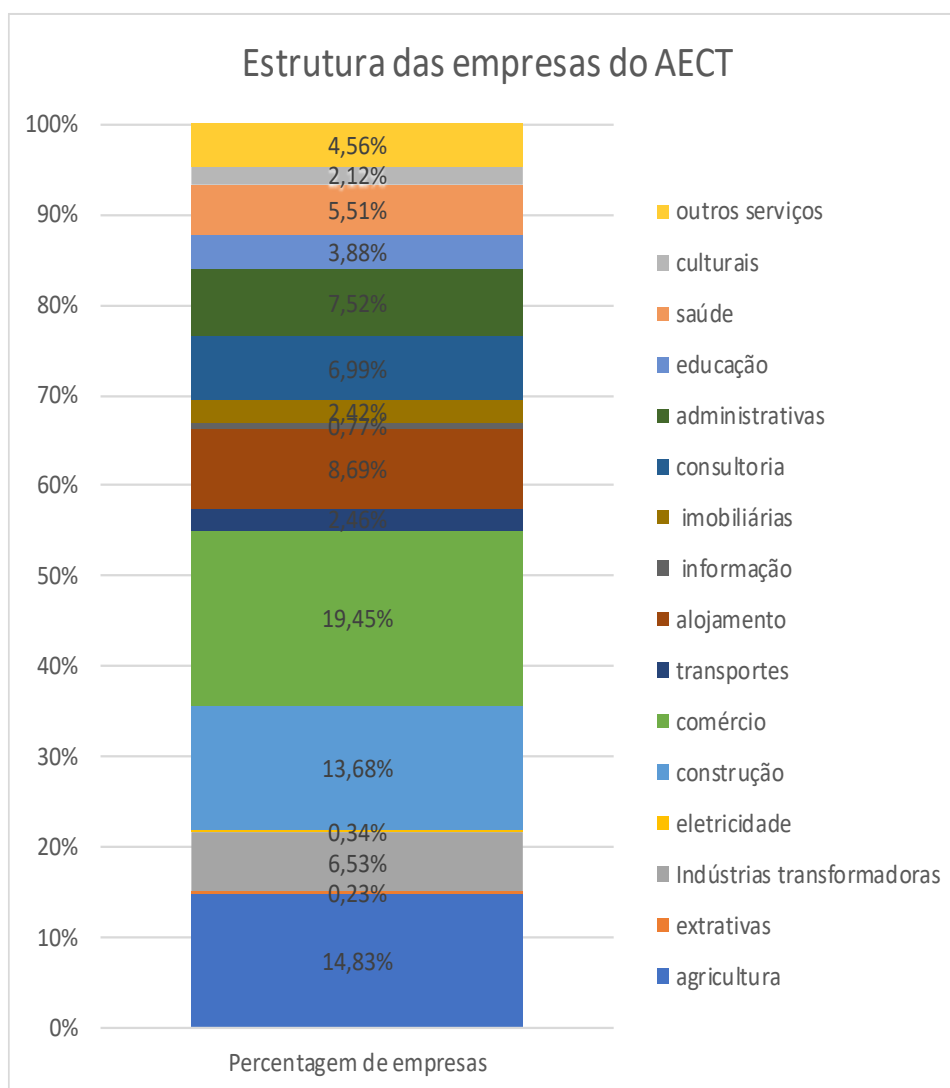


Ilustração 15. Percentagem de empresas em cada atividade no AECT

A seguir, analisaremos os recursos turísticos existentes no território, que conferem valor e indicam parte do potencial de atração da área.

Os recursos turísticos vão ser medidos através de dois indicadores: um absoluto, que faz referência ao número de estabelecimentos turísticos; outro relativo, definido pelo número de camas em estabelecimentos turísticos oferecidos por cada quilómetro quadrado, indicativo da densidade da oferta e da acessibilidade que os recursos naturais do território têm para o seu usufruto.

Na Ilustração 16 indica-se a evolução do número de estabelecimentos turísticos no AECT entre 2017 e 2020, os únicos disponíveis em ambas as fontes estatísticas. Observa-se uma tendência crescente, mesmo no ano 2020, afetado pela crise da COVID-19. Isto leva a pensar que a oferta turística foi crescendo com muita intensidade, indicando o potencial presente na área para dar resposta à procura turística. É razoável pensar que a oferta cresce, principalmente pelo surgimento e assentamento social dos apartamentos e casas alugados através de plataformas digitais (Booking, AirBNB), que estariam a levar muitas pessoas com propriedades a pô-las no mercado, quer total quer parcialmente (na temporada do verão, ou parte das casas).

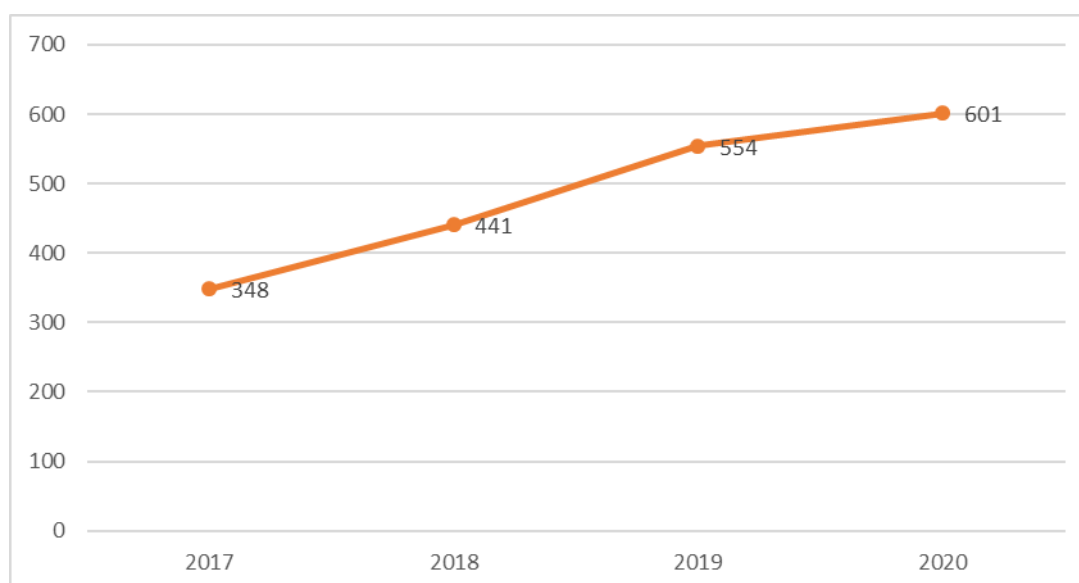


Ilustração 16: Estabelecimentos hoteleiros no AECT

O segundo indicador está relacionado com a procura territorial relativa. Escolhemos o número de camas hoteleiras por km² para avaliar a facilidade ou dificuldade de acesso dos turistas a um lugar onde pernoitar. A Ilustração 17 expressa esta informação. Observa-se um crescimento até 2019 com estancamento em 2020. É possível que aqui se tivesse notado o impacto da COVID-19, afetando hotéis ou pensões que podem ter fechado,

enquanto se assenta o novo modelo de casas particulares. Este segundo implica mais unidades produtivas, mas menos oferta (menos camas) por negócio aberto.

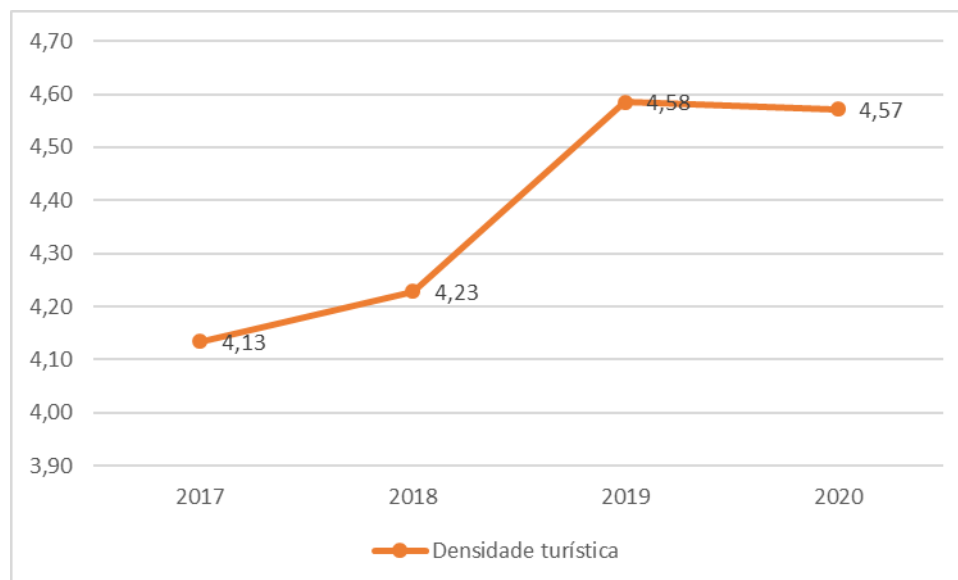


Ilustração 17. N.º de camas em estabelecimentos turísticos por km² no AECT

Por último, estabelece-se uma comparação com a Galiza e com Portugal, para contrastar a situação e avaliar em que aspetos apresenta vantagens competitivas relativamente às zonas mais próximas.

Dentro desta comparação, representamos, inicialmente, a diferença entre as estruturas produtivas do AECT e a da Galiza e de Portugal (ver Ilustração 18). Nesta observa-se como as características da área do AECT são muito diferentes das das outras duas, assim como das estruturas da Galiza e de Portugal. Por exemplo, em Agricultura a área tem relativamente mais empresas do que o conjunto de Portugal, mas menos do que na Galiza. Só nas indústrias da construção, transformadoras e extrativas, a área se situa acima de ambas as zonas, o que indica o forte impulso do sucesso da política de parques empresariais e de atração de empresas, sobretudo na parte portuguesa do AECT, assim como a importância, já comentada anteriormente, da extração e tratamento do granito e da pedra ornamental em geral. Tudo isto impulsionaria o emprego e, juntamente com a expansão de segundas habitações da população urbana, impulsionariam, por sua vez, a construção.

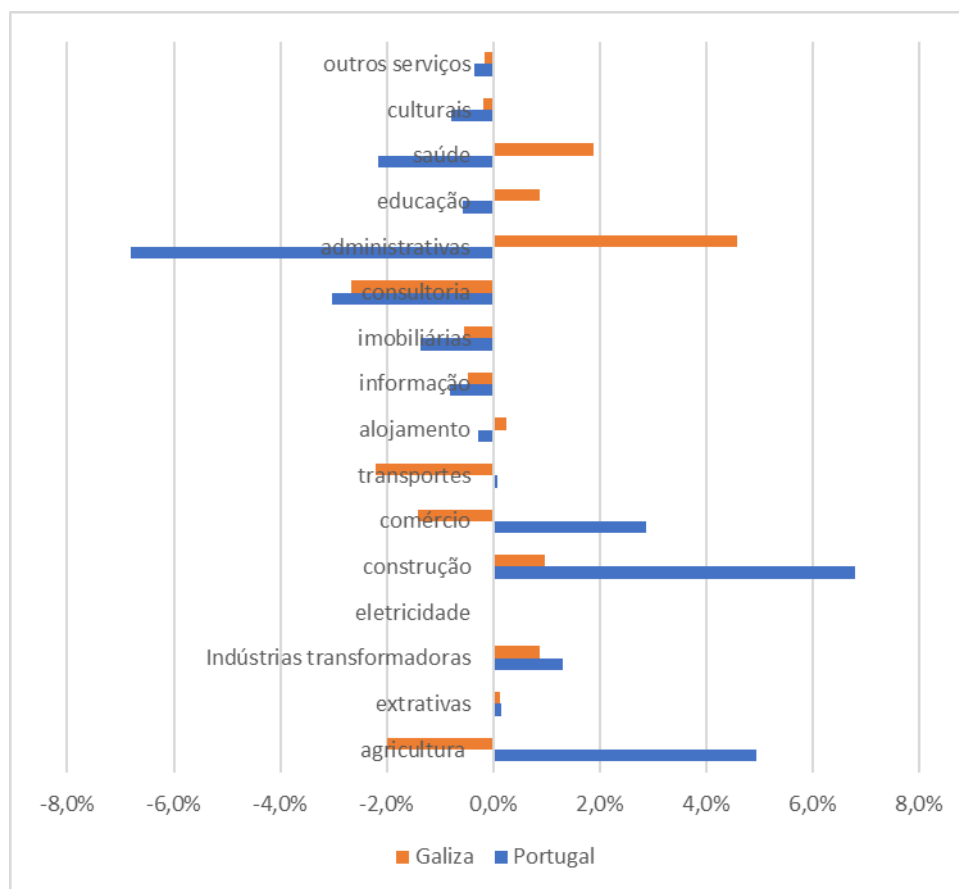


Ilustração 18: Comparação de estruturas produtivas do AECT com a Galiza e com Portugal

QUALIDADE DE VIDA DO TERRITÓRIO

A qualidade de vida é um conjunto de fatores que proporcionam bem-estar às pessoas, tanto material como emocional. É um conceito que inclui o bem-estar material, ou seja, ter recursos económicos para viver; o bem-estar físico, que costuma estar vinculado a aspetos relacionados com a saúde; e ao bem-estar social, que inclui aspetos ligados às possibilidades de educação e fruição das relações sociais.

Com a intenção de medir a qualidade de vida do território serão usados indicadores associados ao bem-estar económico e social nos concelhos do AECT Rio Minho.

BEM-ESTAR ECONÓMICO

Para medir o bem-estar económico usaremos o PIB *per capita* gerado no território, que indica a capacidade económica média gerada por cada um dos habitantes existentes na área. A ilustração 19 mostra a sua evolução entre 2015 e 2019. Observa-se que o referido PIB está a crescer, o que sugere uma melhoria das condições de vida no conjunto do território.

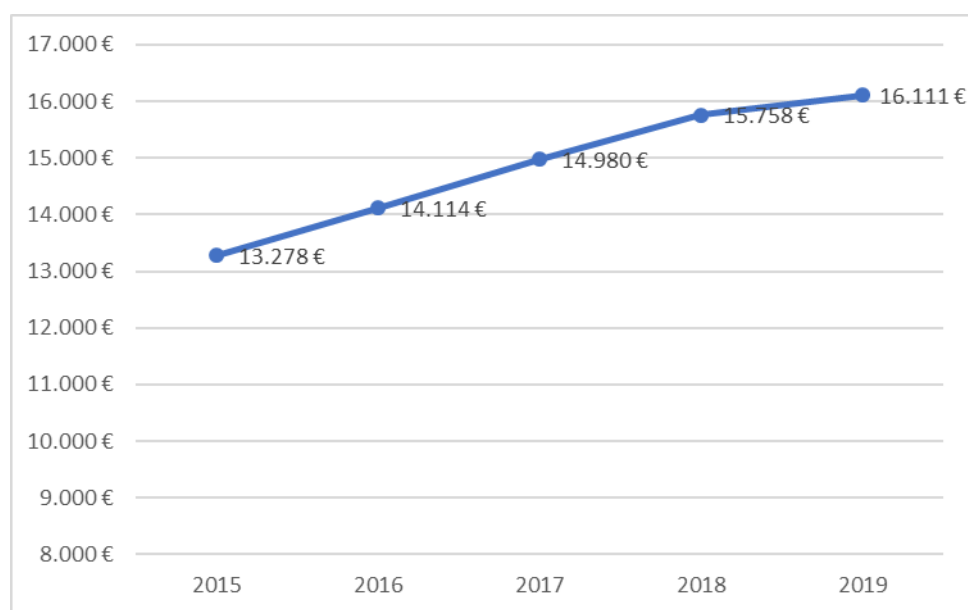


Ilustração 19: PIB per capita em euros no AECT

Outro indicador relevante, já utilizado anteriormente, é a evolução no número de empregos já apresentada na Ilustração 7, e que revela uma evolução semelhante. O aumento do PIB *per capita* da Ilustração 19 vem acompanhado de um aumento do

emprego, mas não do aumento da população (Ilustração 6), cujo número desceu nestes anos. O que aumenta, portanto, é a população ativa dentro do AECT.

Outro indicador que atesta esta evolução positiva, também já comentado anteriormente, é o número de empresas (Ilustração 14) cujo aumento acompanha o do PIB *per capita* e o do emprego. Fica claro que, pelo menos até à chegada da pandemia, a área do AECT conhece um aumento do seu bem-estar económico, manifestado na consistência dos indicadores entre eles.

BEM-ESTAR FÍSICO (SAÚDE)

Para medir o bem-estar físico, usaremos dois indicadores ligados à oferta de serviços de saúde: a oferta de especialistas da área da saúde por cada mil habitantes e o número de empresas dedicadas a questões de saúde por cada mil habitantes.

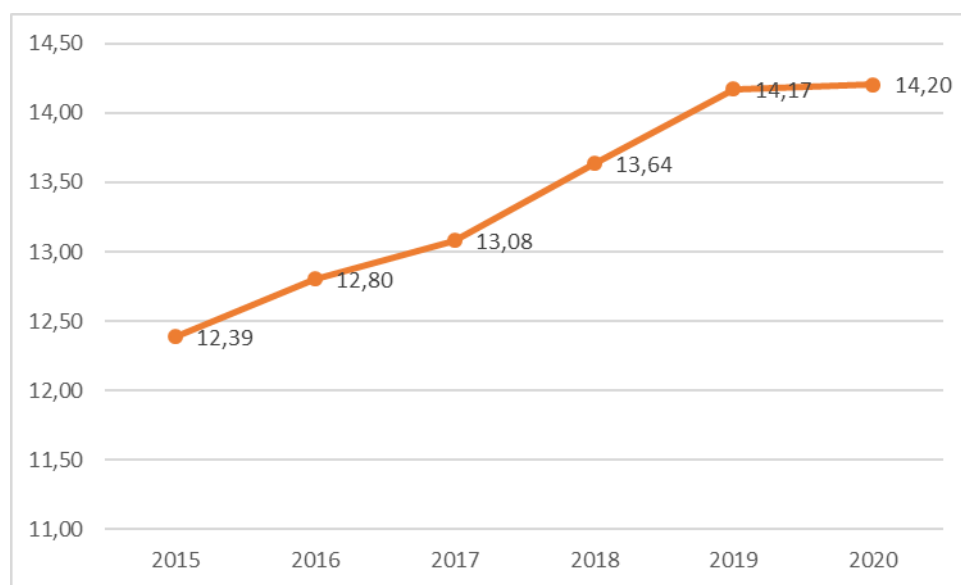


Ilustração 20: Pessoal que trabalha em centros de saúde do AECT por cada mil habitantes

A Ilustração 20 mostra o primeiro destes indicadores. Observa-se um aumento até 2019, estabilizando em 2020, ano em que a COVID-19 teve uma grande repercussão nas condições de prestações de saúde.

Em segundo lugar, na Ilustração 21 apresenta-se o número de empresas de atividade na área da saúde. A informação só chega até 2019. Na Ilustração 22 podemos observar que a taxa de empresas por cada mil habitantes foi aumentando em todos esses anos, chegando a 6,15 por mil em 2019. Isto implica uma melhoria das condições de saúde do conjunto da

área e também é indicativo sobretudo da fixação de profissionais das diferentes áreas da saúde.

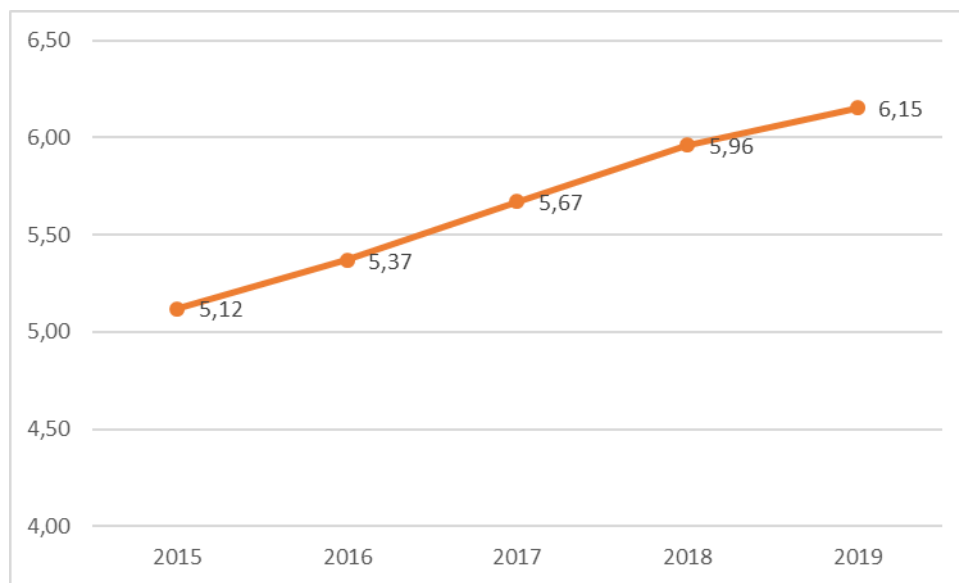


Ilustração 21: N.º de empresas em atividades de saúde por cada mil habitantes no AECT

BEM-ESTAR SOCIAL

Neste caso, os indicadores com informação homogénea no conjunto do território centram-se em dois aspetos: a educação e a cultura.

Para avaliar a oferta educativa também serão usados dois indicadores: o número de estabelecimentos educativos por cada mil habitantes e o número de empresas educativas por cada mil habitantes. Na Ilustração 22 mostra-se a informação relativa ao número de escolas por cada mil habitantes.

Observa-se que estas vão diminuindo, coincidindo com a redução de estudantes já apresentada na Ilustração 8. Porém, esta descida leva a pensar que as dotações educativas estão a diminuir juntamente com o número de habitantes e o envelhecimento da população, limitando o capital humano futuro.

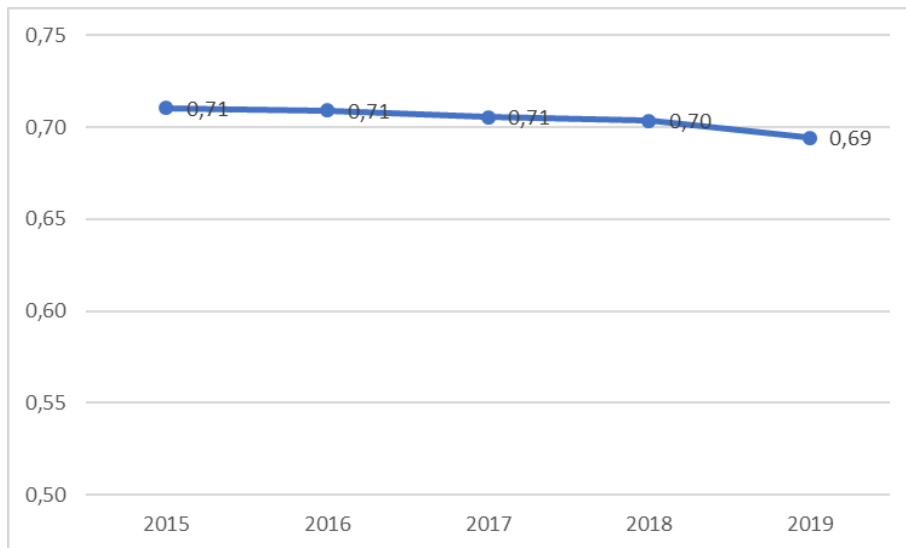


Ilustração 22: N.º de estabelecimentos escolares por cada mil habitantes

Quando se observa a Ilustração 23, que representa o número de empresas educativas por cada mil habitantes, a situação inverte-se. Estas empresas estão a crescer em número até 2018, onde o crescimento parece estancar. Leva a pensar que a oferta em academias e atividades extraescolares está a aumentar, assim como a nível de disciplinas não presentes no ensino regrado. Isto indica uma certa melhoria na qualidade de vida educativa até 2018.

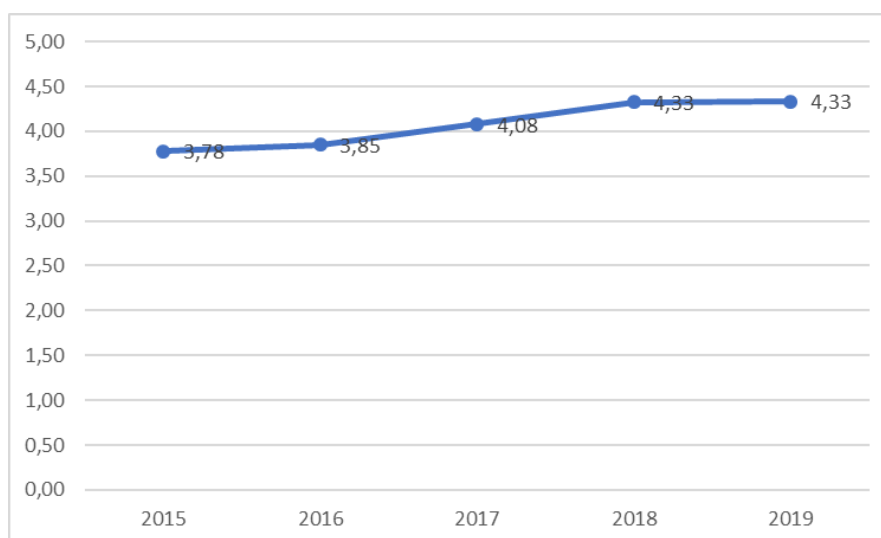


Ilustração 23: Número de empresas educativas por cada mil habitantes

Para medir a oferta cultural utilizamos um indicador com o número de empresas culturais por cada mil habitantes (ver Ilustração 24). A observação desta ilustração aponta para um

crescimento contínuo da oferta cultural, o que sugere uma melhoria das condições de vida da área do AECT neste aspeto.

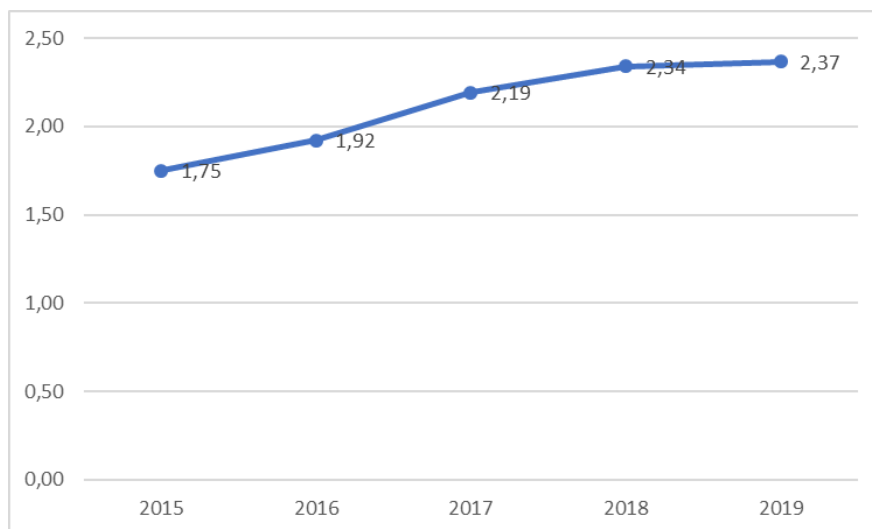


Ilustração 24: Número de empresas culturais por cada mil habitantes

BEM-ESTAR ECONÓMICO, FÍSICO E SOCIAL EM COMPARAÇÃO

Tal como foi feito em secções anteriores, serão analisados comparativamente os indicadores de qualidade de vida, face aos da Galiza e de Portugal.

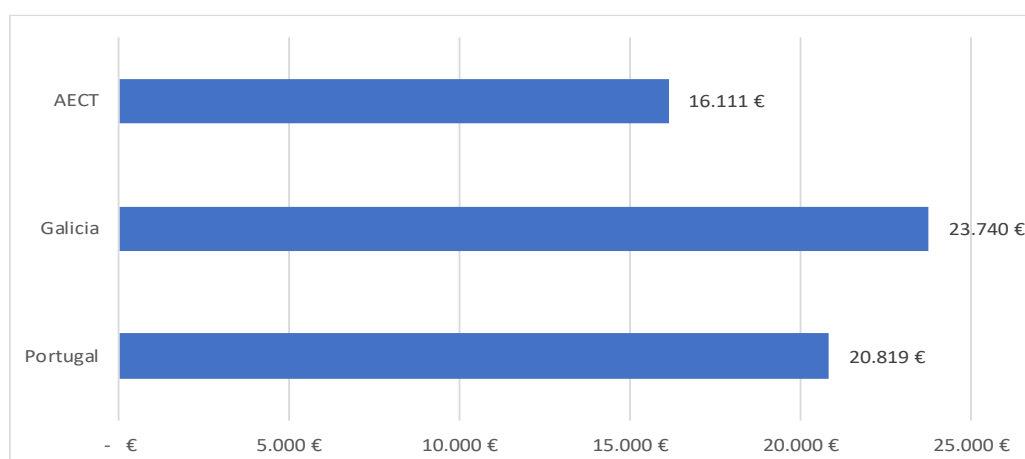


Ilustração 25: Comparação do PIB per capita em euros

Em primeiro lugar, a qualidade de vida compara-se em aspetos económicos. A Ilustração 25 mostra o PIB per capita em milhares de euros na Galiza, em Portugal e no AECT. O PIB

per capita da área é um pouco inferior ao de ambos os territórios. A ausência de grandes cidades dentro do AECT, onde se concentram os maiores níveis de produção, rendimento e riqueza, fazem com que a comparação se situe numa posição relativa inferior.

No que toca à oferta de saúde, usamos a comparação de pessoal de saúde por cada mil habitantes, expressa na Ilustração 26.

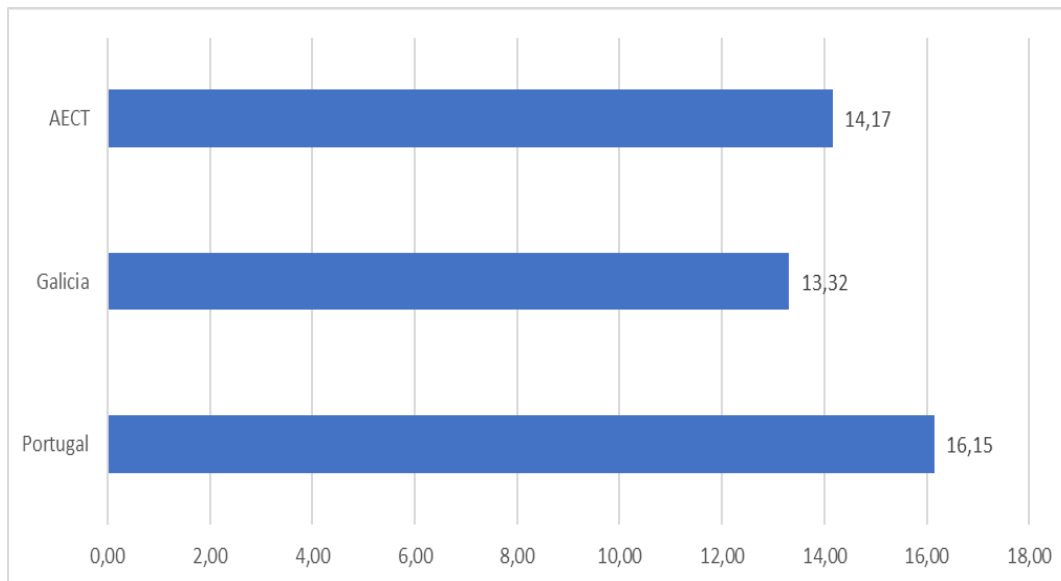


Ilustração 26: Comparação do pessoal de saúde por cada mil habitantes

Como se pode ver, Portugal mantém maiores taxas de emprego em questões de saúde, detendo o AECT uma posição intermédia entre Portugal e a Galiza.

Quando observamos o número de empresas em atividades de saúde por cada mil habitantes (ver Ilustração 27), os dados mostram um maior número na oferta de serviços de saúde em Portugal, que é três vezes mais do que a galega em número de empresas por cada mil habitantes, e com o AECT numa posição intermédia.

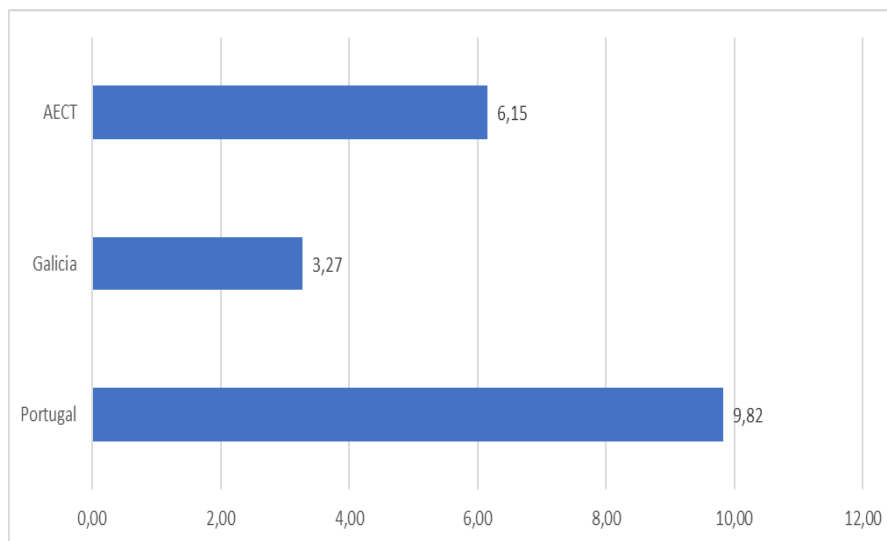


Ilustração 27: Número de empresas de saúde por cada mil habitantes no ano 2019

Atribuímos estas diferenças tão acentuadas a duas possibilidades.

A primeira é que seria indicadora da diferença de modelos de saúde. No caso galego, com um peso forte da saúde pública e menor oferta privada, em que, além do mais, esta oferta privada se encontra cada vez mais concentrada. No caso português, tendo também um sistema público de saúde muito consolidado, é possível que a procura recorra mais à oferta médica privada de clínicas e profissionais.

A segunda remete para a possibilidade de os dados não serem homogêneos. Mesmo com conceitos semelhantes ou idênticos, as definições ou as regras de cômputo dos indicadores poderiam ser diferentes.

Em termos educativos, a situação é semelhante. A Ilustração 28 expressa o número de estabelecimentos de ensino obrigatório por cada mil habitantes nas três zonas. Observa-se que, uma vez mais, Portugal é o mais bem dotado em número de estabelecimentos, embora as diferenças não sejam tão grandes como no âmbito da saúde. A área do AECT encontra-se numa situação intermédia entre ambas as zonas, própria de zonas transfronteiriças, participando dos modelos de ambos os territórios.

É possível que, para além das diferenças nos modelos de ensino galego e português, pese também com muita probabilidade a diferença demográfica entre a Galiza e Portugal no seu conjunto, tendo a Galiza umas taxas de natalidade e uma população em idade escolar inferiores em relação às de Portugal, pelo que os estabelecimentos de ensino dão resposta a isso, como vimos na Ilustração 13.

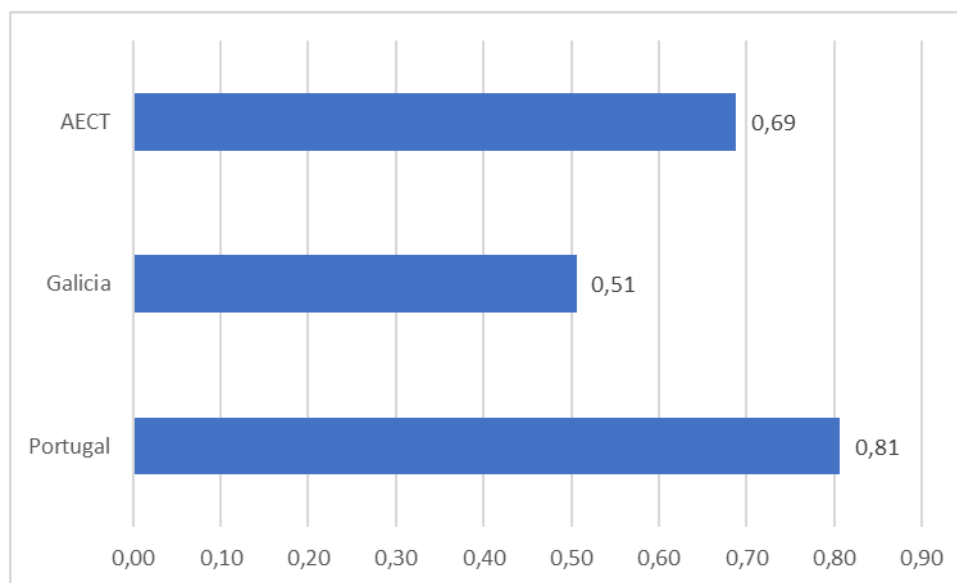


Ilustração 28: Número de estabelecimentos de ensino por cada mil habitantes em 2020

Se a comparação for feita entre o número de empresas de ensino para cada mil habitantes, as diferenças são semelhantes às anteriores. O número de empresas educativas é maior em Portugal, onde provavelmente dá resposta a uma maior procura de população jovem, de estudantes, embora cada vez mais a oferta educativa abranja o conjunto da população, e não só os mais novos.

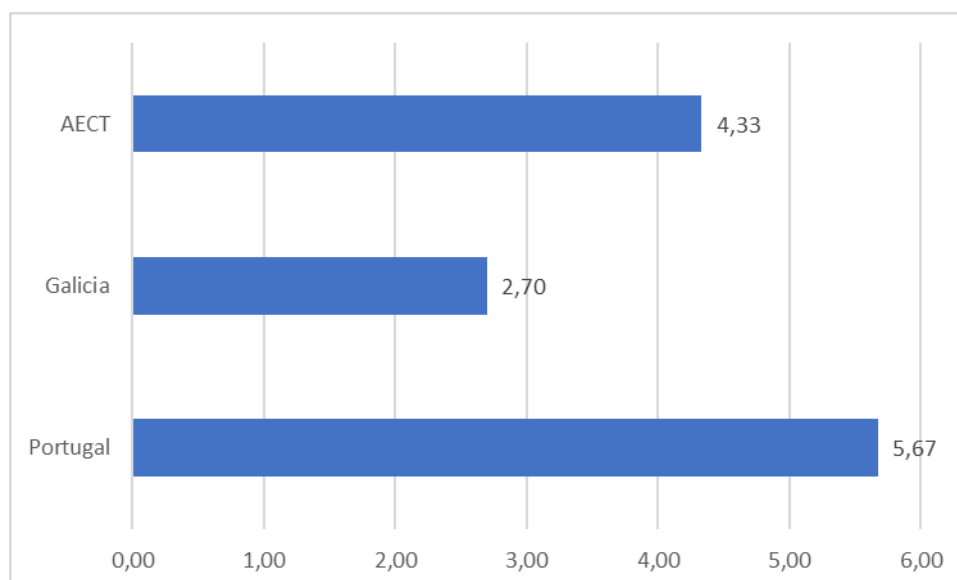


Ilustração 29: Número de empresas educativas por cada mil habitantes

Por último, analisamos a situação relativamente à oferta cultural. Na Ilustração 30 indica-se o número de empresas de atividades culturais, desportivas e recreativas por cada mil

habitantes, indicador das possibilidades da cultura e do lazer. De novo, os indicadores apontam para o facto de Portugal possuir uma maior oferta do que a Galiza, enquanto o AECT se encontra numa situação intermédia entre ambos os territórios.

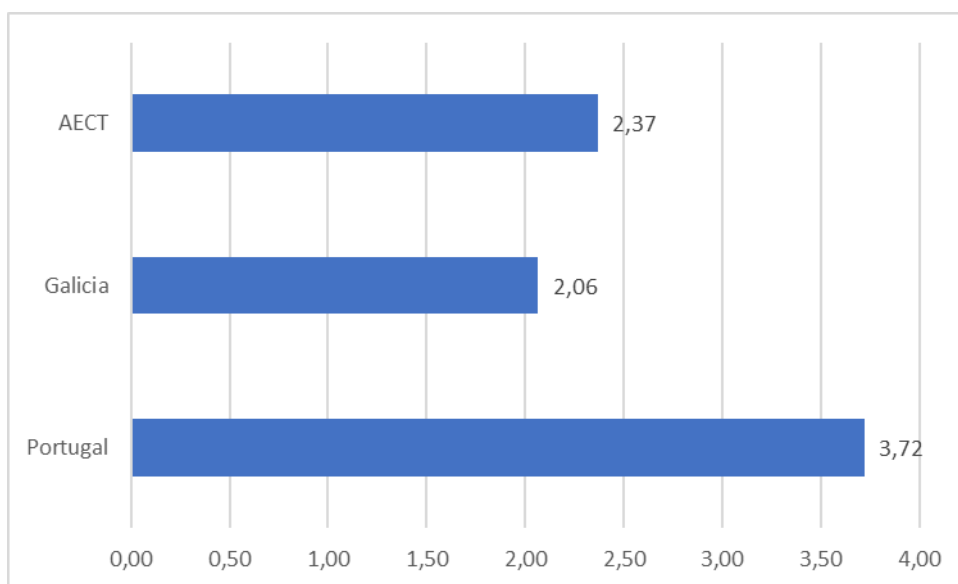


Ilustração 30: Número de empresas culturais por cada mil habitantes no ano 2019

Em suma, a comparação situa a área do AECT numa posição intermédia, em termos gerais, entre a galega e a portuguesa, exceto na estimativa do PIB *per capita*, que seria um pouco inferior. Neste indicador, a posição seria superior para o caso da Galiza, e nos indicadores de bem-estar social as percentagens apontam para um maior valor em Portugal.

CONCLUSÕES

Este relatório procura medir alguns dos indicadores considerados mais relevantes na literatura económica, para conhecer qual é a situação dos recursos endógenos dos territórios transfronteiriços situados na área do AECT Rio Minho.

Os recursos foram classificados em três grandes aspetos: recursos naturais, recursos humanos e recursos produtivos. Os dois primeiros procuram avaliar os fatores de produção e desenvolvimento existentes no território, o terceiro procura avaliar os processos de transformação destes fatores em resultados de melhoria no território. Para além disto, foi medida a qualidade de vida do território como um resumo do resultado de todos estes recursos.

Entre os recursos naturais, a área do AECT destaca-se por apresentar uma boa situação quanto aos recursos associados à agricultura e à extração de granito e da pedra ornamental. No que diz respeito ao setor primário, a atividade da agricultura e pecuária é a mais relevante na área, mas foi diminuindo ligeiramente ao longo dos anos; por outro lado, a atividade florestal foi aumentando. A superfície dedicada à Rede Natura aumentou minimamente em 2019.

Ao comparar a situação da área relativamente à Galiza e a Portugal, podemos observar que, em geral, existe uma maior especialização relativa em atividades do setor agrícola, especialmente nas atividades florestais. Relativamente à percentagem de espaços naturais, a situação da zona é intermédia entre a Galiza e Portugal, sendo este último o que apresenta maior percentagem de Rede Natura.

A situação dos recursos humanos é mais complexa. Enquanto se observa uma descida da população, regista-se um aumento do emprego, ou seja, o conjunto do capital humano está a diminuir, mas aumenta o capital humano disponível para a obtenção de riqueza. Também está a diminuir o número de alunos do ensino obrigatório, o que é um indicador de uma futura queda do capital humano do território. Em contrapartida, também se constata um certo crescimento da capacidade de inovação.

Para comparar a área do AECT com a Galiza e com Portugal utilizámos dois indicadores complementares: o índice de renovação, que indica a capacidade de renovação do capital humano, e a taxa de ocupação potencial, dado que não dispúnhamos de dados acerca da

taxa de ocupação diretamente em todos os concelhos do AECT. Em ambos os indicadores, a área encontra-se numa situação intermédia entre a Galiza e Portugal. No índice de renovação, Portugal está acima ao passo que em taxa de emprego potencial a Galiza está mais bem situada.

Medimos os recursos produtivos relativamente ao número de empresas existentes na área e à sua distribuição. No primeiro dos indicadores observa-se um crescimento sustentado no tempo, que é um indicador da melhoria do território relativamente a estes recursos. Quanto à distribuição, destacam-se comparativamente as atividades de comércio, agricultura e construção. O primeiro é muito habitual nas zonas transfronteiriças, uma vez que os intercâmbios de produtos fazem parte das suas vantagens competitivas. A segunda talvez seja consequência das vantagens geográficas e climáticas existentes no território. A terceira deve-se possivelmente aos atrativos que possui, tanto pelo já referido anteriormente, como pelo efeito metropolitano de Vigo, pela procura de segundas habitações fora das cidades (Porto, Vigo, Braga, Ourense, e pelo impulso turístico, gerando procura de novas construções ou melhoria das existentes.

Entre os recursos turísticos, foram analisados os estabelecimentos turísticos e as camas turísticas existentes por quilómetro quadrado. O primeiro ponto indicaria a capacidade da oferta turística do território, enquanto o segundo, a facilidade de acesso à referida oferta. Em ambos os casos observa-se um crescimento continuado, embora no segundo dos indicadores em 2020 se estabilize, possivelmente pelo efeito da COVID-19.

Ao fazer a comparação com a Galiza e com Portugal, observa-se que as estruturas produtivas costumam encontrar-se num nível intermédio entre ambas as áreas. Não obstante, a área do AECT destaca-se face à Galiza e a Portugal por uma melhor estrutura construtiva para a indústria transformadora e extrativa. Uma vez mais, observa-se a capacidade de atração do território relativamente à procura de novas habitações ou recuperação das existentes e, sobretudo, atratividade industrial proporcionada pela política de captação e pela oferta de parques empresariais, especialmente do lado português do AECT. Em matéria de recursos turísticos encontra-se numa situação intermédia.

As medidas da qualidade de vida da zona indicam uma certa melhoria na maioria dos indicadores. Observa-se um crescimento no PIB *per capita* no número de empresas dedicadas a atividades de saúde por cada mil habitantes, no número de pessoal dedicado

aos serviços de saúde em centros de saúde por cada mil habitantes, no número de empresas dedicadas à educação por cada mil habitantes e nas dedicadas a atividades culturais.

A única descida registada é no número de estabelecimentos de ensino por cada mil habitantes. Neste sentido, observa-se uma melhoria da qualidade de vida com um certo risco potencial devido à falta de capital humano no futuro.

Ao compararmos a situação da área com a Galiza e com Portugal, vê-se claramente como participa em ambos os territórios, uma vez que se encontra num nível intermédio em todos os indicadores, embora existam diferenças relativamente ao comportamento destes indicadores de qualidade de vida entre a Galiza e Portugal. Por exemplo, o PIB *per capita* é maior na Galiza, o que sugere que o bem-estar económico é maior neste território. Em contrapartida, há outros indicadores mais elevados em Portugal relativamente ao bem-estar físico e social.

Em síntese, pode-se dizer que o território apresenta melhorias praticamente na totalidade dos indicadores considerados, sobretudo nos relativos aos recursos naturais e aos recursos produtivos.

